TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AUDITORIA

PARECER	:	PAR-AUDITORIA-3164/2014
PROCESSO TC/MS	:	TC/1427/2014
PROTOCOLO	:	1484160
ÓRGÃO	:	CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
RESPONSÁVEL	:	AUGUSTO CEZAR DE SOUZA MORAES
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2013
RELATORA	:	MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

I - PREÂMBULO

1 - O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/1427/2014, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Presidente, **CAIO AUGUSTO CEZAR DE SOUZA MORAES**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações.

2 - O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012.

3 - Examinados os autos do processo se constata que a digna Inspetoria de Controle Externo **NÃO DETECTOU IMPROPRIEDADES** e/ou **IRREGULARIDADES**, exarando assim a **ANÁLISE ANA-6ICE-1628/2014** amparada à peça nº 16 e, concluiu na forma transcrita, a seguir:

> "[...] somos de opinião de que a Prestação de Contas de Gestão da Câmara Municipal de Ponta Porã/MS, relativo ao exercício financeiro de

2013, a sob responsabilidade do Gestor Caio Augusto Cezar de Souza Moraes **oferece condições de aprovação** por esta Corte de Contas."

É o relatório.

II - EXAME DE AUDITORIA

4 - Examinando estas Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado o seguinte:

4.1 - DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 14.12.2011.

4.1.1 - **Cumprimento** do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas estas Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

4.1.2 - **Cumprimento** da **letra "B"** do **subitem 3.1** do **item 3** da **Seção II**, do **Anexo I,** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão, instruídas na forma do Manual de Remessa de Informações, conforme constatado no contexto geral das peças acostadas aos autos do processo.

4.2 - DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04.05.2000 - LRF.

4.2.1 - **Cumprimento** do disposto no **§ 1°** do **art. 1º**, por apresentar responsabilidade na gestão fiscal, mediante o cumprimento de metas de resultados dentre o duodécimo recebido de R$ 6.211.264,20 e a despesa empenhada de R$ 6.211.186,40, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 1 - EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, MEDIANTE CUMPRIMENTO DE METAS DE RESULTADOS ENTRE DUODÉCIMO RECEBIDO E DESPESA EMPENHADA.		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Duodécimo Recebido.	6.211.264,20	100,00
2 - Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	6.211.186,40	99,99
3 - Superavit/Deficit. → R$ = (1 - 2) → % = (3 / 1)	**77,80**	**0,01**
Resultado do Exame. → Regular 2 < 1 → Irregular 2 > 1.	Regular	

Fonte: Balanço Financeiro acostado à peça nº 4.

4.2.2 - **Cumprimento** do estabelecido na **alínea "a"** do **inciso III** do **art. 20**, por ter efetuado no exercício despesa com pessoal do Poder Legislativo correspondente ao percentual de 3,01%, atendendo o limite de 6% da receita corrente líquida do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO X DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Receita Corrente Líquida do Município.	160.063.641,60	100,00
2 - % Legal Máximo Autorizado.	9.603.818,50	6,00
3 - Despesa com Pessoal do Poder Legislativo. → R$ = 100% → % = (3/1)	**4.818.414,82**	**3,01**
Resultado do Exame. → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Parecer Técnico Conclusivo Sobre as Contas do Poder Legislativo e Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostados às peças nº 2 e 9.

4.2.3 - **Cumprimento** do *caput* do **art. 48**, por dar **transparência** e **publicidade** da Prestação de Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 3.

4.3 - DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17.03.1964, PORTARIA Nº 42, DE 04.04.1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04.05.2001 DO MF E MPOG.

4.3.1 - DO ORÇAMENTO.

4.3.1.1 – A Lei Municipal nº 3.903/2012 - LOA autorizou para a Câmara Municipal **créditos orçamentários** na ordem de R$ 5.850.000,00, conforme visto na **ANÁLISE ANA-6ICE-1628/2014** amparada à peça nº 16.

4.3.2 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

4.3.2.1 – **Cumprimento** do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostado à peça nº 15, alterando o Orçamento da Câmara para R$ 6.211.264,20, conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 9.

4.3.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.3.3.1 – **Cumprimento** do disposto no **art. 12** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, bem como da Portaria nº 42, de 04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por **categorias econômicas** e por **classificação funcional**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 9, o qual demonstra despesa autorizada de R$ 6.211.264,20 e empenhada na ordem de R$ 6.211.186,40.

4.3.4 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.3.4.1 – **Cumprimento** dos **arts. 103** a **105** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por elaborar o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº 4; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 5 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 7, de acordo com as citadas disposições legais, **todavia**, a Câmara

Municipal não atendeu com as disposições legais do **art. 8º** da Portaria do STN nº 437, de 12 de Julho de 2012, a qual altera a forma de elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), razão pela qual esta Auditoria **ressalva** tal fato com base no **inciso II** do **art. 59** da LCE nº 160/2012, e os resultados contábeis apurados são os constantes nas tabelas, a seguir:

TABELA 3 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Disponibilidade Financeira do Exercício Anterior.	0,00	100,00
2 - Duodécimo Recebido.	6.211.264,20	100,00
3 - Total de Recursos Financeiros. → R$ = (1 + 2+) → % = 100%	**6.211.264,20**	**100,00**
4 - Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (4 / 3)	**6.211.186,40**	**99,99**
5 - Superavit (Deficit) Orçamentário / Financeiro. → R$ = (3 - 4) → % = (5 / 3)	**77,80**	**0,01**

Fonte: Anexo 13 - Balanço Financeiro e Anexo 14 - Balanço Patrimonial do Exercício Anterior acostados às peças nº 4 e 6.

TABELA 4 - RESULTADO PATRIMONIAL		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Variações Ativas.	6.301.445,82	100,00
2 - Variações Passivas. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	6.211.819,32	98,58
3 - Superavit Patrimonial. → R$ = (1 - 2) → % = (3 / 1)	**89.626,50**	**1,42**

Fonte: Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 7.

TABELA 5 - RESULTADO ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Ativo Real Líquido do Exercício Anterior.	477.223,79	100,00
2 - Superavit Patrimonial do Exercício.	89.626,50	100,00
3 - Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício. → R$ = (± 1 ± 2) → % = 100%	**566.850,29**	**100,00**

Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial do Exercício e do Exercício Anterior e Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 5, 6 e 7.

4.4 DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

4.4.1 - **Cumprimento** do **inciso I** do **art. 29-A**, por realizar o percentual de **6,43%** em relação ao limite autorizado de **7%**, com a despesa total da Câmara Municipal, incluídos subsídios dos Vereadores e excluídos gastos com inativos em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no **§ 5º** do **art. 153** e nos **arts. 158** e **159**, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 6 - RECEITA BASE CONSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR X DESPESA TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL, MENOS INATIVOS.

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Receita Base Constitucional.	92.318.299,65	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado.	6.462.280,97	7,00
3 - Despesa Total da Câmara Municipal, Menos Inativos. → R$ = 100% → % = (3 / 1)	**5.931.601,64**	**6,43**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Análise amparada à peça nº 16.

4.4.2 - **Cumprimento** do **§ 1º** do **art. 29-A**, por realizar em relação ao Duodécimo Recebido o percentual de gasto de **60,60%** com a folha de pagamento, incluído os subsídios de seus Vereadores respeitando o limite máximo autorizado de **70%**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 7 - DUODÉCIMO RECEBIDO X DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUSIVE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES.

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Duodécimo Recebido.	6.211.264,20	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado.	4.347.884,94	70,00
3 - Despesa com a Folha de Pagamento, Inclusive Subsídios dos Vereadores. R$ = 100% → % = (3 / 1)	**3.764.172,58**	**60,60**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Análise amparada à peça nº 16.

4.4.3 - **Cumprimento** do disposto no **§ 3º** do **art. 164**, por ter depositado as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal em

instituições financeiras oficiais, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 14.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

5 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo constata-se que a Prestação de Contas Anuais de Gestão em tela, foi elaborada de **acordo** com a vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública, **com ressalva** do **subitem 4.3.4.1** do **item 4** conforme visto na **PARTE II EXAME DE AUDITORIA**, razão pela qual esta Auditoria, com base no disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, conclusivamente, **opina**:

5.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso II** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **REGULARES COM RESSALVA** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Presidente, **CAIO AUGUSTO CEZAR DE SOUZA MORAES.**

6 – **AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE**, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

7 - O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame da **Prestação de Contas Anuais de Gestão** composta de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, **ressalvadas** quaisquer **impropriedades** e **irregularidades** porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

É o parecer.

Campo Grande, 08 de Abril de 2014.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

fmm